

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**EDITAL DO PREGÃO Nº 283/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 216/2024**  
**Nº SEQUENCIAL DO PREGÃO NO COMPRASNET: 90.283/2024**  
**UASG: 984675**

O Fundo Municipal de Saúde, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação **PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente a Lei Federal nº 14.133/2021, os Decretos Municipais nº 8.195/2023 e 8.220/23, a Instrução Normativa 73/2022 SEGES e suas alterações, à Lei Complementar nº 123/06 e demais normas pertinentes.

O Fundo Municipal de Saúde é a Unidade Gerenciadora e única contratante deste Registro de Preços, sendo assim dispensada a Intenção de Registro, conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/21.

Envio eletrônico das propostas: a partir da publicação do edital no endereço eletrônico abaixo descrito até o dia e horário marcado para início da sessão.

Data da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico: 26/12/2024

**HORÁRIO DE INÍCIO: 8h30 (horário de Brasília)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## 1. DO OBJETO

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de ração para cães e gatos, conforme descritivo do Termo de Referência, tendo como critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme descrições constantes no Anexo I – Termo de Referência, sendo facultado ao licitante participar de quantos itens forem de seu interesse.

**1.2.1.** No caso de mais de um item, as especificações do Anexo I podem estar em ordem diferente do sistema e do Anexo II, cabendo ao licitante observar a correta descrição de cada item para lançamento de sua proposta.

**1.3.** Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br> e as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, a licitante deverá obedecer a este último.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1.** A participação é exclusiva a MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

a) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

b) Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o Microempreendedor Individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.2.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Itaúna por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1. e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, caso não haja cumprimento da habilitação, conforme disposto neste Edital.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**a)** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**b.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d.1.** O impedimento será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**h.1)** A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**i)** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**i.1)** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

2/41

Avenida Boulevard, nº 153 – Bairro Boulevard Lago Sul – Itaúna-MG, CEP 35.680-760/ CNPJ 18.309.724/0001-87

Fone: 37.3249-9500 / 3249-9553 – E-mail: [compras@itauna.mg.gov.br](mailto:compras@itauna.mg.gov.br)

Noêmia J. Vilaça Campos  
OAB/MG 186.653 – matrícula 115.094-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

**j)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**k)** MEI – Microempreendedores Individuais quando a atividade objeto deste Edital não for permitida pela Receita Federal para atuação do MEI.

**2.6.** A vedação dos subitens anteriores também se aplica no caso de subcontratação quando esta for permitida.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.1.2.** Os preços poderão ser ofertados com até 04 (quatro) casas decimais, conforme disposto no sistema.

**3.2.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa/empresa de pequeno porte.

**3.4.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.5.** A falsidade da declaração de que trata o item 3.4. sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.12.** Caberá à licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.13.** A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor ofertado unitário e total do item, conforme estabelecido no próprio sistema;
- b) Marca/fabricante/modelo, quando pertinente e/ou quando solicitado no Anexo II deste Edital.
- c) Descrição do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência;
- d) O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido, sua substituição.

**4.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação, ainda que não seja expressamente indicado na proposta.

**4.7.** Sob pena de desclassificação, a licitante deverá declarar que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º da Lei nº 14.133/21, a ser preenchida conforme item 3 deste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6.** O lance deverá ser ofertado observando as disposições do sistema quanto aos valores unitários ou totais.

**5.7.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.

**5.10.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto e Fechado.

**a)** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**b)** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**c)** No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**d)** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores (no caso de julgamento por menor preço) e decrescente (no caso de julgamento por maior desconto).

**5.12.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**5.13.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**5.14.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.15.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.15.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006,

**5.15.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.15.3.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.15.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.15.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.16.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.16.1.** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, também aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 5.16.

**5.16.2.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item 5.16, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas.

**5.16.2.1.** Neste caso o sistema procederá, automaticamente e imediatamente, o sorteio eletrônico entre os fornecedores com as propostas empatadas, sendo registrado no sistema tal procedimento.

**5.17.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.17.1.** A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

- 5.17.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 5.17.3.** O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.17.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento ou qualquer outro motivo.
- 5.18.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Após finalizada a fase de lances e/ou negociação, o(a) Pregoeiro(a) solicitará à licitante mais bem classificada que envie a proposta ajustada adequada ao último lance ofertado e em conformidade com o Anexo II do Edital, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares, conforme §2º do art. 29 da IN 73/2022.

**6.1.1.** O prazo para que a licitante faça o envio será de 2 (duas) horas, contados da convocação do(a) Pregoeiro(a) no sistema;

**6.1.1.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a), por igual período, nas seguintes situações, conforme §3º do art. 29 da IN 73/2022:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da Proposta e dos documentos complementares.

**6.2.** Encerrada a etapa de lance e negociação, e após o envio da proposta ajustada, conforme item anterior, (a) Pregoeiro(a) verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>)
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>)

**6.2.1.** Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

**6.3.** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.4.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.5.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 6.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**6.6.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.6.1.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 da IN 73/22 – SEGES.

**6.7.1.** A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

**6.7.1.1.** Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8.** Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executibilidade da proposta.

**6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.10.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.10.2.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na sua entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital e no Termo de Referência, a proposta da licitante será recusada.

**6.10.3.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**6.11.** Caso atendidas as condições de participação e a proposta seja aceita, será iniciado o procedimento de habilitação.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**7.1.** Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação serão os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** Será solicitado da licitante vencedora, após a fase de julgamento o envio/entrega dos documentos de habilitação dispostos abaixo e no Termo de Referência (quando for o caso).

**7.1.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/21.

**7.2.** Os documentos a serem apresentados pela licitante vencedora são:

### 7.2.1. Habilitação Jurídica

a) comprovação de existência jurídica da pessoa através da seguinte documentação cabível em cada caso:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
  - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
  - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede;
  - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera;
  - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- a.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou poderá ser apresentada a consolidação definitiva.

### 7.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- d) Prova de regularidade perante a Receita Estadual e Municipal ou Distrital, quando for o caso, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- g) Prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através da apresentação de declaração da empresa licitante a ser preenchida conforme item 3 deste Edital.

**7.2.2.1.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**7.2.3.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação e regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresenta alguma restrição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**7.2.3. Qualificação econômico-financeira**

**7.2.3.1.** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato/fornecimento, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/21 e deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- a.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica que esteja em recuperação judicial, sendo exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, o Plano de Recuperação homologado por juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste Edital.

**7.2.4 Qualificação técnica**

- a) Certidão(ões) ou atestado(s) que demonstre(m) capacidade de execução similar ao objeto da licitação;
- a.1. Será admitida para fins de comprovação de quantitativo mínimo (quando exigido), a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- a.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- a.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**7.3.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia (simples, autenticada ou autenticação digital ou outra, na forma da lei).

**7.5.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

**7.5.1.** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção.

**7.6.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou inseridos no Sicafe deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

**7.7.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.

**7.8.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

**7.8.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.8.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.9.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**7.10.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.11.** Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.12.** Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.13.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 7.9, conforme art. 39 da IN 73 SEGES.

**7.15.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.15.1.** Em caso de dúvida sobre a autenticidade de algum documento, o(a) Pregoeiro(a) poderá promover diligência para comprovação pertinente, em respeito aos princípios da competitividade, da busca pela melhor proposta e do formalismo moderado.

**7.16.** Para os documentos de habilitação que por sua natureza devem possuir prazo de validade e que não constarem a data ou o prazo de validade será considerada a validade de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de convocação do(a) Pregoeiro(a).

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a Administração Municipal de Itaúna/MG poderá, garantida a prévia defesa, aplicar o que dispõem os art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.2.** A Contratada poderá também sofrer, pelo descumprimento das Cláusulas do presente instrumento, as seguintes sanções:

**9.2.1. NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES:** Cada irregularidade apontada pela fiscalização da Administração será informada à contratada e deverá conter o tipo de irregularidade e demais informações pertinentes sendo convertidas em multas as notificações de irregularidades cujas justificativas não forem aceitas pelo Contratante.

**9.2.2. ADVERTÊNCIA:** serão consideradas advertências o(s) documentos(s) expedido(s) pela Administração assinado(s) pela Autoridade Competente, com a identificação de tratar-se de “ADVERTÊNCIA”. Pela recusa do recebimento do(s) documento(s) pela advertida, o protocolo será suprido pela assinatura de duas testemunhas.

**9.2.3. MULTA:** A contratada sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, além das hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/21, calculada sobre o valor global do Contrato, conforme percentuais a seguir:

**a)** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado do contrato, por ocorrência.

**b)** 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

**c)** 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do contrato, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

**d)** O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município.

**e)** Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

**f)** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, com a penalidade de multa, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**g)** As multas e penalidades previstas neste contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**h)** Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa devidamente comprovados e comunicados ao contratante:

**h.1)** greve generalizada dos empregados da contratada;

**h.2)** acidente que implique em retardamento na execução do objeto contratado sem culpa por parte da Contratada;

**h.3)** calamidade pública.

**9.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**9.2.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, nos termos do art. 163 da Lei Federal 14.133/21.

**9.3.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo em que seja assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**9.4.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**9.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta (quando exigida) em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**9.6.** A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [compras@itauna.mg.gov.br](mailto:compras@itauna.mg.gov.br).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/autoridade competente, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DO PAGAMENTO**

**11.1.** Os pagamentos decorrentes do atendimento ao objeto desta licitação serão efetuados:

- a) Nos prazos e formas definidos no Termo de Referência;
- b) Mediante apresentação e o recebimento na Nota Fiscal pela Secretaria requisitante ou pelo órgão responsável pelo recebimento;
- c) em até 30 (trinta) dias após a efetiva execução e recebimento definitivo do objeto.

**11.2.** Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Contratada em seu Município sede ou em outra localidade se a legislação assim exigir.

**11.3.** Caso o Município sede da empresa não disponha do Sistema de Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas, a Contratada deverá enviar Declaração própria informando esta condição, juntamente com a Nota Fiscal;

**11.4.** Esta condição poderá ser verificada pela Contratante junto ao Município sede e caso seja verificado a não veracidade da declaração a nota fiscal deverá ser substituída pela Nota Eletrônica.

**11.5.** Não será aceita a apresentação de Cupom Fiscal em substituição à Nota Fiscal/boleto.

**11.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista no inciso I do artigo 158 da Constituição Federal, que alcança todos os rendimentos pagos a qualquer título pela Administração Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Municipal, Decreto Municipal nº 8.199/2023 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e alterações.

**11.7.** Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais/boletos indicando a alíquota correspondente, em observância das regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/12 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo deste Município.

**11.7.1.** As notas fiscais emitidas em desacordo com o previsto no item anterior, caso não possam ser substituídas ou retificadas, para fins exclusivos de indicar a retenção por meio de Carta de Correção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista no Decreto Municipal 8.199/2023.

**11.8.** No caso do faturamento por meio de boleto, este deve discriminar os valores a serem retidos, bem como constar o valor líquido, ou devem ter formato editável.

**11.9.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 ou nas demais hipóteses elencadas no art. 4º da IN 1234/12, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, juntamente com a Nota Fiscal/boleto apresentado.

**11.10.** Para as hipóteses de não retenção, no ato da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar à Contratante declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal.

**11.10.1.** As pessoas jurídicas amparadas por isenção devem informar, por meio de observação, essa condição nos documentos fiscais emitidos ao longo da execução contratual, inclusive o enquadramento legal.

**11.11.** Qualquer alteração das condições de enquadramento legal ocorrida durante a execução contratual deve ser informada pela Contratada.

**11.12.** Os pagamentos somente serão efetuados por processo legal, através de depósito bancário, após recebimento definitivo do objeto licitado nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

**11.13.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

## **12. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**12.1.** Os preços somente poderão ser reajustados após o período de 01 (um ano), com data-base vinculada à data do orçamento estimado, com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – vigente à época do requerimento, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.2.** Os preços reajustados permanecerão inalterados pelo prazo de 01 (um) ano.

**12.2.1.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.3.** O reajuste poderá ser solicitado mediante Processo Administrativo dirigido à Secretaria Municipal de Administração e será apostilado ao Contrato nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.4.** O valor do reajuste será analisado pela Administração que poderá solicitar junto a Secretaria Municipal de Finanças e/ou Procuradoria-Geral do Município Pareceres Técnicos e/ou Jurídicos sobre os índices e reajustes solicitados pela Contratada.

**12.5.** Não poderá haver interrupção dos serviços durante o prazo de análise da solicitação de reajuste.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**12.6.** Em caso de reequilíbrio a Contratada deverá protocolar o requerimento de reequilíbrio, junto aos documentos comprobatórios da imprevisibilidade que causou o desequilíbrio, planilhas de custos, notas fiscais e outros documentos que justifiquem o pedido.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES**

#### **13.1. Da licitante vencedora:**

**13.1.1.** Arcar com todas as despesas referentes à execução do objeto.

**13.1.2.** Assumir integralmente a responsabilidade pelas despesas relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a funcionários da empresa, ficando o Município de Itaúna/MG isento de qualquer vínculo empregatício para com os funcionários da Contratada.

**13.1.3.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**13.1.4.** Assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação da Administração, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, nos termos do artigo 90 da Lei nº 14.133/21, quando houver Contrato.

**13.1.5.** Todos os itens licitados deverão estar de acordo com a legislação vigente para este tipo de produto/material/serviço.

**13.1.6.** Materiais/Produtos/Equipamentos porventura entregues em desacordo com o Edital e seu Termo de Referência, serão oportunamente restituídos, com ônus para o contratado, devendo ser substituído em conformidade com o Termo de Referência.

**13.1.7.** No ato da assinatura do contrato, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º, da Instrução Normativa 1234/12, a pessoa jurídica deverá, apresentar ao órgão ou à entidade declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida IN, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

**13.1.8.** Qualquer alteração das condições de enquadramento legal deve ser informada pela Contratada.

**13.1.9.** Manter, durante todo o Contrato/prazo de fornecimento, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.1.10.** Obedecer integralmente o Termo de Referência.

#### **13.2. Do Município**

**13.2.1.** Aplicar penalidades à licitante vencedora, nos termos previstos neste Edital e na Lei nº 14.133/21, quando ocorrer descumprimento de quaisquer das condições nele estabelecidas.

**13.2.2.** Fiscalizar a efetiva execução do objeto, conforme disposto no Termo de Referência, de acordo com suas respectivas Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento/Contrato, objetivando a verificação das especificações exigidas no certame.

**13.2.3.** Efetuar os pagamentos nos termos do presente Edital.

### **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes desta licitação, correrão à conta de dotação orçamentária do Orçamento Municipal vigente à época da contratação, observando o art. 105 da Lei nº 14.133/21.

### **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Na Ata não constará Cadastro Reserva.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**15.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de Registro de Preços.

**15.3.** O prazo de validade da Ata será de 01(ano), podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**15.3.1.** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado e/ou alterado nos termos do Título III, Capítulos V e VII da Lei nº 14.133/21.

**15.4.** Homologado o resultado da licitação, a ata será gerada e o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**15.5.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**15.6.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**15.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**15.8.** Os órgãos e Entidades não participantes/não gerenciadores da Ata poderão aderir a Ata, obedecendo o disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/21.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

**16.1.1.** Tal decisão visa não influenciar a proposição dos preços iniciais ou os lances das licitantes, buscando maior competitividade e propostas mais vantajosas que reflitam os valores de mercado sem serem influenciados pelo valor máximo estimado nos autos do processo licitatório.

**16.1.2.** Desse modo não há afronta ao princípio da publicidade e da transparência, pois os preços serão divulgados logo após a fase de lances, possibilitando ainda possíveis negociações para redução dos valores ofertados.

**16.2.** Será divulgada ata/relatório da sessão pública no sistema eletrônico;

**16.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a);

**16.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**16.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.7.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**16.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.11.** A(s) Licitante(s) Vencedora(s) se obriga(m) a respeitar a lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e as diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção.

**16.12.** O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Itaúna/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.13.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.itauna.mg.gov.br>, sem prejuízo de estarem disponíveis em outros meios a critério da Administração.

**16.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Proposta Comercial Ajustada/Planilha de Composição de Custos;
- c) Anexo III – Declaração para cumprimento da Instrução Normativa 1234/2012.
- d) Anexo IV – Declaração para cumprimento da Instrução Normativa 1234/2012.
- e) Anexo V – Declaração para cumprimento da Instrução Normativa 1234/2012.
- f) Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- g) Anexo VII – Minuta Contratual.

**16.15.** Constitui apêndice deste edital o Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Itaúna, 04 de dezembro de 2024.

**FERNANDO MEIRA DE FARIA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO Nº 283/2024**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA – conforme art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/2021**

**I – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Aquisição de ração que serve de alimento para os animais que ficarão sob custódia do município. Os mesmos serão submetidos ao processo de esterilização, necessitando assim ficar o período pós-operatório no Centro de Controle de Zoonoses. O fornecimento de alimento proporciona uma melhor qualidade de vida e otimização na cicatrização da ferida operatória dos animais que serão castrados pelo município, garantindo assim o bem-estar animal.

1.2. Este objeto não se enquadra em bem de luxo, conforme Decreto Municipal 8.195/2023, sendo caracterizado como comum, com características e especificações usuais no mercado.

**II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) é uma unidade de saúde pública responsável pelo controle e prevenção de doenças transmitidas por animais, conhecidas como zoonoses. Suas atividades incluem o controle da população de animais de rua. Os animais negativos para leishmaniose (cães e gatos) ficam sob custódia do município e os mesmos serão encaminhados para realizar o procedimento cirúrgico conhecido como castração. Diante do fato explicado acima, é necessário a aquisição de rações para cães e gatos para proporcionar uma melhor qualidade de vida e otimização na cicatrização da ferida operatória dos animais que serão castrados pelo município, garantindo assim o bem-estar animal.

2.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP.

**III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. Especificações detalhadas do objeto:

Item	Descrição	Qtde
01	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO, GORDURA DE ORIGEM ANIMAL ESTABILIZADA, MILHO, TRIGO, SOJA, ARROZ, PREMIX VITAMINICO E MINERAL, NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MAX) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MIN) 21%, EXTRATO ETereo (MIN) 10%, MAT FIBROSA (MAX) 10%, CÁLCIO (MAX) 8%, FOSFORO (MIN./MAX) 0,8%/1,4%, VITAMINA D3 (500UI/KG), VITAMINA E (50UI/KG), COLINA (1.200MG), TAURINA (1000MG), POTÁSSIO (5.500MG), ZINCO (130MG), FERRO (90MG), MANGANÊS (10MG), IODO (2MG), SELENIO (0,15MG). PACOTE COM 15 KG	300
02	RAÇÃO PARA GATOS ADULTOS, FARINHA DE CARNE E OSSOS, FARINHA DE	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

	<p>PEIXES, FARINHA DE VÍSCERAS, MILHO INTEGRAL MOIDO, PREBIÓTICOS (MANANOLIGOSSACARÍDEOSMOS), FARELO DE GLUTEN DE MILHO 21, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, FARELO DE ARROZ, SEMENTE DE LINHAÇA, QUIRERA DE ARROZ, ÁCIDO FÓSFORICO, CÁLCARIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO, CORANTE (AMARELO TARTRAZINA, AZUL BRILHANTE, VERMELHO PONCEAU), PREMIX MINERAL VITAMÍNICO (ACIDO FOLICO, ACIDO PANTOTENICO, BIOTINA, COLINA, CLORETO DE POTÁSSIO, DL-METIONINA, IODATO DE CÁLCIO, L-LISINA, NIACINA, OXIDO DE MAGNESIO, OXIDO DE ZINCO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE MAGNAES, SULFATO FERROSO, TAURINA, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3), FOSFATO BICÁLCICO, GORDURA DE AVES ESTABILIZADA. NÍVEIS DE GARANTIA</p> <p>UMIDADE(MAX) 10%; PROTEÍNA BRUTA (MIN) 30%; EXTRATO ETEREO (MIN) 10%; MATÉRIA FIBROSA (MAX) 4%; MATÉRIA MINERAL(MAX) 8,5%; CÁLCIO (MIN/MAX) 1,2% / 1,8%; FOSFORO (MIN/MAX) 0,8% / 1,4%; VITAMINA A (10.000 UI/KG); VITAMINA D3 (500 UI/KG); VITAMINA E (50UI/KG); COLINA (1200MG); TAURINA (1000MG); POTÁSSIO (5500MG); ZINCO (130MG); FERRO (90MG); MANGANES (10MG); IODO (2MG); SELENIO (0,15MG). PACOTE COM 10 KG</p>	
--	---	--

3.2. No caso de mais de um item, as especificações do Anexo I podem estar em ordem diferente do sistema e do Anexo II, cabendo ao licitante observar a correta descrição de cada item para lançamento de sua proposta.

#### IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O produto deverá ser registrado no MAPA e o registro deverá ser enviado após a fase de lances, junto à Proposta Detalhada.

4.1.1. O prazo de validade das rações, na data da entrega, não poderá ser inferior a 70% da data de fabricação e os mesmos registrados no Ministério da Agricultura MAPA. Os sacos devem estar acondicionados de forma adequada, evitando danos nas embalagens.

4.2. Para a habilitação deverá ser apresentada a seguinte documentação técnica:

a) Certidão (ões) ou atestado(s) que demonstre(m) capacidade de execução similar ao objeto ora licitado.

4.3. Necessidade de montagem/desmontagem? Não se aplica.

4.4. Prazo e condições de garantia: Não se aplica.

4.5. Prazo de vigência da contratação: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de fornecimento de alimento aos animais que ficam sob custódia do município no centro de controle de zoonoses e a rotatividade dos mesmos ocorre de forma contínua durante todo o ano, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

economia de custo, previsibilidade de preços, gestão de estoque eficiente, relacionamento com fornecedores, planejamento financeiro e sustentabilidade.

4.6. Não será necessário seguro-garantia para assinatura do Contrato.

4.7. Obrigações específicas das partes:

4.7.1. DA CONTRATADA:

a) Os produtos/materiais deverão ser entregues em de forma segura (quanto à embalagens, transporte, manuseio, etc) visando garantir a integridade dos mesmos, ficando a Contratada obrigada a substituí-los quando apresentarem qualquer sinal de violação ou qualidade insatisfatória para a utilização.

b) Produtos/materiais porventura entregues em desacordo com este Termo de Referência ou insatisfatórios para consumo/uso, serão oportunamente restituídos, com ônus para a Contratada, devendo ser substituídos total ou parcialmente, quando o caso, no prazo máximo de 05(cinco) dias.

4.7.2. DA CONTRATANTE

a) Informar a CONTRATADA com 2 dias de antecedência sobre quaisquer alterações que possam prejudicar o andamento da entrega do produto.

b) Fiscalizar a efetiva entrega do produto através da Secretaria requisitante, de acordo com suas respectivas Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento, objetivando a das especificações exigidas.

## **V – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A entrega será parcelada e deverá ser feita no prazo de até 30 dias a partir da data de emissão da autorização de fornecimento no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Manoel da Custódia nº 1.111 – Morada Nova, CEP 35680-403, Fone (37) 3249-9824, no horário das 07 às 15 horas.

5.1.1. Responsável pelo recebimento/ acompanhamento dos serviços, endereço eletrônico e telefone: Solange Soares Silveira, Avenida Manoel da Custódia nº 1.111– Morada Nova – CEP 35680-403, e-mail: [almoxarifadosaude@itauna.mg.gov.br](mailto:almoxarifadosaude@itauna.mg.gov.br) – fone: (37) 3249-9849.

5.2. A estimativa de entrega por parcela é a cada três meses.

5.3. O prazo de validade do material/produto deverá ser de 70% da data de fabricação.

5.4. O recebimento se dará (conforme Decreto Municipal 8.195/2023):

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, no prazo de 15(quinze) dias do recebimento da Nota Fiscal;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30(trinta) dias do recebimento de Nota Fiscal.

## **VI – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

6.1. O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do objeto, o cronograma de execução, se houver, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

6.3. A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. A Contratada/o fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. A Contratada/o fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros, em razão da execução, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente a Contratada/o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência da Contratada/ do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto contratado (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. Será permitida a subcontratação? Não.

6.7.1. Conforme Decreto Municipal nº 8.195/23, no caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

6.8. Os responsáveis pela gestão e fiscalização são:

6.9.1. Gestor: Fernando Meira de Faria

6.9.2. Fiscal/fiscais: Jordana de Oliveira Vieira - Coordenadora Vigilância Ambiental

Carla de Souza Teixeira – Gerente da Vigilância em Saúde

6.9.3. Para a designação do(s) gestor(es) e fiscal(is) foi observado o art. 7º da Lei 14.133/21. Foi observado também o art. 5º do Decreto Municipal 8.195/23, que dispõe:

Art. 5º. Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

I – a designação dos agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II – a segregação de funções vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação;

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vista a uma adequada fiscalização contratual.

## **VII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO;**

7.1. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, atendidas todas as condições para o recebimento e conforme definido no Edital do certame.

## **VIII – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Avenida Boulevard, nº 153 – Bairro Boulevard Lago Sul – Itaúna-MG, CEP 35.680-760/ CNPJ 18.309.724/0001-87

Fone: 37.3249-9500 / 3249-9553 – E-mail: [compras@itauna.mg.gov.br](mailto:compras@itauna.mg.gov.br)

21/41

Noêmia J. Vilaça Campos  
OAB/MG 186.653 – matrícula 115.094-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de: Pregão Eletrônico e o julgamento será pelo menor preço por item.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais e definidas na Lei 14.133/21.

**8.3. Amostras:** Necessário envio de uma amostra para avaliação, no prazo de 05 dias. A amostra deverá ser entregue Almojarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Manoel da Custódia nº 1.111 – Morada Nova, CEP 35680-403, Fone (37) 3249-9824, no horário das 07 às 15 horas. Responsável pelo recebimento/ acompanhamento dos serviços, endereço eletrônico e telefone: Solange Soares Silveira, Avenida Manoel da Custódia nº 1.111 – Morada Nova – CEP 35680-403. A amostra estará disponível para ser retirada até 30 dias. Após esse período será utilizado no Centro de Controle de Zoonoses.

## IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Sigiloso, de acordo com o item 16.1 do Edital.

## X – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos constantes no orçamento vigente do município.

10.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## XI – DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DO ETP:

11.1. Não se aplica

## XII – ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL Art. 18, X, da Lei 14.133/21.

RISCOS TÉCNICOS DA PARTE LICITANTE	AÇÃO MITIGADORA
Entrega de material inadequado ou em desconformidade com o termo de referência, sem obedecer ao prazo de entrega	Aplicar as penalidades previstas no Contrato.

RISCOS TÉCNICOS DA PARTE CONTRATANTE	AÇÃO MITIGADORA
Planejamento Deficiente	Revisão dos quantitativos e do planejamento já executado.
Descumprimento do prazo do pedido de entrega pela secretaria.	Orientação de todos gestores e fiscais sobre o prazo mínimo para solicitar conforme este termo de referência

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO Nº 283/2024**

**ANEXO II  
PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	<b>CNPJ:</b>
<b>ENDEREÇO (Logradouro, Número, Bairro, Cidade, UF e CEP):</b>	
<b>TELEFONE (S):</b>	<b>E-MAIL(S):</b>

**Apresentamos nossa proposta comercial ao PREGÃO Nº 283/2024:**

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	Marca/ Fabricante	Valor Unit. do item	Valor total do item
1	300	UND	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO, GORDURA DE ORIGEM ANIMAL ESTABILIZADA, MILHO, TRIGO, SOJA, ARROZ, PREMIX VITAMINICO E MINERAL, NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MAX) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MIN) 21%, EXTRATO ETereo (MIN) 10%, MAT FIBROSA (MAX) 10%, CÁLCIO (MAX) 8%, FOSFORO (MIN./MAX) 0,8%/1,4%, VITAMINA D3 (500UI/KG), VITAMINA E (50UI/KG), COLINA (1.200MG), TAURINA (1000MG), POTÁSSIO (5.500MG), ZINCO (130MG), FERRO (90MG), MANGANÊS (10MG), IODO (2MG), SELENIO (0,15MG)., SACO COM 15 QUILOS			
2	20	PCT	RAÇÃO PARA GATOS ADULTOS, FARINHA DE CARNE E OSSOS, FARINHA DE PEIXES, FARINHA DE VÍSCERAS, MILHO INTEGRAL MOIDO, PREBIÓTICOS (MANANOLIGOSSACARÍDEOSMOS), FARELO DE GLUTEN DE MILHO 21, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, FARELO DE ARROZ, SEMENTE DE LINHAÇA, QUIRERA DE ARROZ, ÁCIDO FÓSFORICO, CÁLCARIO CALCITICO, CLORETO DE SODIO, CORANTE (AMARELO TARTRAZINA, AZUL BRILHANTE, VERMELHO PONCEAU), PREMIX MINERAL VITAMÍNICO (ACIDO FOLICO, ACIDO PANTOTENICO, BIOTINA, COLI-			



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

		<p>NA, CLORETO DE POTÁSSIO, DL-METIONINA, IODATO DE CÁLCIO, L-LISINA, NIACINA, OXIDO DE MAGNESIO, OXIDO DE ZINCO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE MAGNAES, SULFATO FERROSO, TAURINA, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3), FOSFATO BICÁLCICO, GORDURA DE AVES ESTABILIZADA.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA</p> <p>UMIDADE(MAX) 10%; PROTEÍNA BRUTA (MIN)30%; EXTRATO ETHEREO (MIN) 10%; MATÉRIA FIBROSA (MAX) 4%; MATÉRIA MINERAL(MAX) 8,5%; CÁLCIO (MIN/MAX) 1,2% / 1,8%; FOSFORO (MIN/MAX) 0,8% / 1,4%; VITAMINA A (10.000 UI/KG); VITAMINA D3 (500 UI/KG); VITAMINA E (50UI/KG); COLINA (1200MG); TAURINA (1000MG); POTÁSSIO (5500MG); ZINCO (130MG); FERRO (90MG); MANGANES (10MG); IODO (2MG); SELENIO (0,15MG)., PACOTE COM 10 KG</p>			
--	--	--	--	--	--

\* O envio do registro MAPA deverá ser encaminhado junto à proposta.

**A licitante declara:**

1. Ter pleno conhecimento e concorda com todas as normas do Edital;
2. Que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ (mínimo de 60 sessenta dias).

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa.  
Nome da Empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO Nº 283/2024**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO III DO ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 1234/2012 (REDAÇÃO DADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1244, DE 30 DE JANEIRO DE 2012)**

(a ser apresentada, conforme item 13 do Edital, caso se enquadre e no momento da contratação)

Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Finanças,

A (NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das situações abaixo:

**I – INSTITUIÇÃO DE SAÚDE:**

1. ( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.
2. ( ) Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

**II – ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

1. ( ) Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.
2. ( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que: a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada; b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Local e data.....

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO Nº 283/2024**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 1234/2012 (REDAÇÃO DADA PELO(A) INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1244, DE 30 DE JANEIRO DE 2012) E pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016)**

(a ser apresentada, conforme item 13 do Edital, caso se enquadre e no momento da contratação)

Ilmo. Sr. Secretário de Finanças,

A (NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter ....., a que se refere o art 15 da Lei nº9.532, de 10 de dezembro de 1997. Para esse efeito, a declarante informa que:

I – Preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) é entidade sem fins lucrativos;
- b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
- c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
- d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
- e h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II – O signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO Nº 283/2024**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º (REDAÇÃO DADA PELO(A) INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1244, DE 30 DE JANEIRO DE 2012)**

(a ser apresentada, conforme item 13 do Edital, caso se enquadre e no momento da contratação)

Ilmo. Sr. Secretário de Finanças,

A (NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II – O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO 283/2024**  
**ANEXO VI**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
N.º .....

O Fundo Municipal de Saúde, aqui definido como ÓRGÃO GERENCIADOR, com sede na Av. Manoel da Custódia, nº 1.111, bairro Morada Nova, na cidade de Itaúna/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.344.044/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Fernando Meira de Faria, Secretário Municipal de Saúde, matrícula nº 108.793-2, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Processo Licitatório nº 216 – Pregão Eletrônico nº 283/2024**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 8,195/2023 e alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a eventual aquisição de ração para cães e gatos, conforme especificações do Termo de Referência, anexo do Pregão nº **283/2024**.

**1.2.** Constituem partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição:

- a)** O Edital do Pregão Nº **283/2024**, e todos os seus Anexos;
- b)** A proposta comercial da CONTRATADA.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos e-mail e telefone, nome do representante legal)</i>					
Item	QUANT. Registrada	UNID.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Marca/ Fabricante/ Modelo (se exigido no Edital)	Valor Unitário
1	300	UND	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO, GORDURA DE ORIGEM ANIMAL ESTABILIZADA, MILHO, TRIGO, SOJA, ARROZ, PREMIX VITAMINICO E MINERAL, NÍVEIS DE GARANTIA: UMI-DADE (MAX) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MIN) 21%, EXTRATO ETHEREO (MIN) 10%, MAT FIBROSA (MAX) 10%, CÁLCIO (MAX) 8%, FOSFORO (MIN./MAX) 0,8%/1,4%, VITAMINA D3 (500UI/KG), VI-TAMINA E (50UI/KG), COLINA (1.200MG), TAURINA (1000MG), POTÁSSIO (5.500MG), ZINCO (130MG), FERRO (90MG), MANGANÊS (10MG), IODO (2MG), SELENIO (0,15MG)., SACO COM 15		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

			QUILOS		
2	20	PCT	<p>RAÇÃO PARA GATOS ADULTOS, FARI-NHA DE CARNE E OSSOS, FARINHA DE PEIXES, FARINHA DE VÍSCERAS, MILHO INTEGRAL MOIDO, PREBIÓTICOS (MA-NANOLIGOSSACARÍDEOSMOS), FARELO DE GLUTEN DE MILHO 21, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, FARELO DE ARROZ, SEMENTE DE LINHAÇA, QUIRE-RA DE ARROZ, ÁCIDO FÓSFORICO, CÁL-CARIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO, CORANTE (AMARELO TARTRAZINA, AZUL BRILHANTE, VERMELHO PONCE-AU), PREMIX MINERAL VITAMÍNICO (ACIDO FOLICO, ACIDO PANTOTENICO, BIOTINA, COLINA, CLORETO DE POTÁS-SIO, DL-METIONINA, IODATO DE CÁL-CIO, L-LISINA, NIACINA, OXIDO DE MAGNESIO, OXIDO DE ZINCO, SELENI-TO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE, SUL-FATO DE MAGNAES, SULFATO FERRO-SO, TAURINA, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITA-MINA B12, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3), FOSFATO BICÁLCICO, GORDURA DE AVES ESTABILIZADA.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA</p> <p>UMIDADE(MAX) 10%; PROTEÍNA BRUTA (MIN)30%; EXTRATO ETereo (MIN) 10%; MATÉRIA FIBROSA (MAX) 4%; MATÉRIA MINERAL(MAX) 8,5%; CÁLCIO (MIN/MAX) 1,2% / 1,8%; FOSFORO (MIN/MAX) 0,8% / 1,4%; VITAMINA A (10.000 UI/KG); VITAMINA D3 (500 UI/KG); VITAMINA E (50UI/KG); COLINA (1200MG); TAURINA (1000MG); POTÁSSIO (5500MG); ZINCO (130MG); FERRO (90MG); MANGANES (10MG); IODO (2MG); SELENIO (0,15MG)., PACOTE COM 10 KG</p>		

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

**3.1.** O Órgão Gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde, por seu(seus) representante(s), conforme cabeçalho desta ata.

**3.2.** Além do Gerenciador, não há Órgãos e entidades públicas participantes do Registro de Preços.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os Órgãos e as entidades da Administração Pública que não sejam Gerenciadores e/ou Participantes poderão aderir à ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os requisitos definidos no art. 86 da Lei nº 14.133/21 e as condições abaixo:

**4.1.1.** A autorização do Órgão Gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pela Detentora da Ata.

**4.1.2.** O Órgão Gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.1.3.** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão/Entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada, observado o prazo de vigência da ata.

**4.1.4.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de Registro de Preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO CONTRATO DELA DECORRENTE**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência da Detentora da Ata, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.2.** O contrato decorrente da ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.3.** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado e/ou alterados nos termos do Título III, Capítulos V e VII da Lei nº 14.133/21.

**5.4.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.5.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/21.

**5.6.** O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de Registro de Preços.

**5.7.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.7.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante/fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.8.** A ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e será disponibilizada no sítio eletrônico oficial.

**5.9.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

**6.2.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a Detentora da Ata será liberada do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.3.** Se não obtiver êxito nas negociações o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**8.1.1.** Descumprir as condições da ata de Registro de Preços, sem motivo justificado.

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**8.1.3.** Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente a ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho fundamentado.

**9. DAS PENALIDADES**

**9.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**9.2.** É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações de outros órgãos que porventura fizerem a adesão.

**10. CONDIÇÕES GERAIS**

**10.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e da Detentora da Ata registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**10.2.** A Detentora da Ata se obriga a respeitar a lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e as diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção.

**11. DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itaúna/MG para dirimir as eventuais dúvidas ou demandas que surgirem na execução desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam a presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produza os devidos fins jurídicos.

Itaúna/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

**FERNANDO MEIRA DE FARIA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
Avenida Boulevard, nº 153 – Bairro Boulevard Lago Sul – Itaúna-MG, CEP 35.680-760/ CNPJ 18.309.724/0001-87  
Fone: 37.3249-9500 / 3249-9553 – E-mail: [compras@itauna.mg.gov.br](mailto:compras@itauna.mg.gov.br)

31/41

Noêmia J. Vilaça Campos  
OAB/MG 186.653 – matrícula 115.094-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**NOME REPRESENTANTE DA DETENTORA DA ATA**  
**REPRESENTANTE DA DETENTORA DA ATA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**PREGÃO Nº 283/2024**  
**ANEXO VII**  
**MINUTA CONTRATUAL**

**TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_, CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Avenida Manoel da Custódia, nº 1.111, bairro Morada Nova – Itaúna/MG CEP 35.680-403, inscrito no CNPJ sob o nº 19.344.044/0001-67, neste ato representado pelo Sr. Fernando Meira de Faria, Secretário Municipal de Saúde, Matrícula nº 108.793-2, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede na Rua/Av. \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ, sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_ doravante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, acordado os termos deste contrato, objeto do **Pregão nº 283/2024** sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** Integram este contrato, naquilo que não contrariar as suas disposições:

- a)** O Edital do **Pregão nº 283/2024** os todos os seus Anexos;
- b)** A proposta comercial da contratada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto deste contrato a aquisição de ração para cães e gatos, conforme Termo de Referência e demais Anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital do **Pregão nº 283/2024**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1.** A contratação do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento é realizada por intermédio do **Pregão nº 283/2024**, e da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, com as devidas alterações e demais normas pertinentes, o Decreto Municipal 8.195/2023 e alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO DO MATERIAL/PRODUTO/EQUIPAMENTO**

**4.1.** O fornecimento dos materiais/produtos deverá ocorrer de forma parcelada em conformidade com o disposto no Termo de Referência e o contrato terá vigência de \_\_\_\_ meses/ até \_\_\_\_, podendo ser prorrogado e/ou sofrer alterações conforme Título III, Capítulos V e VII da Lei nº 14.133/21, no que couber.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**4.2.** O carregamento, frete, descarga (incluindo mão de obra) e demais encargos decorrentes do fornecimento e entrega dos produtos/materiais/equipamentos, ficarão a cargo da Contratada e serão de sua inteira responsabilidade.

**4.3.** Se a contratada deixar de executar o objeto deste Contrato dentro do prazo estabelecido e nas condições dispostas no Termo de Referência, sem justificativa por escrito e aceita pela Secretaria requisitante, sujeitar-se-á ao cancelamento do contrato e às penalidades impostas pela legislação vigente.

**4.4.** Deverá ser garantido o fiel cumprimento das especificações e em caso de eventual divergência durante a execução do objeto descrito no Termo de Referência, deverá a Contratada proceder à substituição sem qualquer ônus adicional à Administração, no prazo e condições definidos no Termo de Referência.

**4.5.** O prazo de validade do material/produto deverá ser de 70% da data de fabricação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL.**

**5.1.** A Gestão deste Contrato será feita pela Secretaria Municipal de Saúde, através do servidor Fernando Meira de Faria, conforme disposto no Termo de Referência.

**5.2.** A Fiscalização da execução do objeto será feita pela Secretaria Municipal de Saúde, através das servidoras Jordana de Oliveira Vieira e Carla de Souza Teixeira, conforme disposto no Termo de Referência.

**5.3.** As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto serão registradas pela fiscalização em relatórios apropriados e notificadas à contratada.

**5.4.** A execução do objeto deste Contrato será conforme discriminado no Edital, no Termo de Referência e demais Anexos e no Contrato.

**5.5.** A fiscalização verificará e inspecionará a execução do objeto, verificando o cumprimento das especificações, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não atenderem às especificações.

**5.6.** A não aceitação, no todo ou em parte, não implicará na dilatação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância da Secretaria requisitante.

**5.7.** O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, terá poderes, dentre outros, para notificar a Contratada, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção das irregularidades/falhas que julgar inaceitáveis, sem aumento de despesas para o Município.

**5.8.** A ausência de comunicação por parte do(s) servidor(es) designado(s) para acompanhamento e fiscalização, referente a irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste Contrato, no Edital e seus anexos.

**5.9.** . Correrão por conta da Contratada todas as despesas e custos decorrentes da não aceitação do objeto, no todo ou em parte.

**5.10.** Após o fornecimento do objeto deste Contrato, será efetuado o seu recebimento, conforme art. 41 do Decreto Municipal nº 8.195/2023):

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, no prazo de 15(quinze) dias do recebimento da Nota Fiscal;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30(trinta) dias do recebimento de Nota Fiscal.

**5.10.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**5.11.** O recebimento provisório não isenta a contratada das responsabilidades decorrentes de falhas ou defeitos na execução do objeto, tudo sem ônus para o contratante.

**5.12.** O Município de Itaúna/MG rejeitará no todo ou em parte serviço ou fornecimento, se em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo, com abatimento no preço que couber, desde que lhe convenha.

**5.13.** A fiscalização exercida pelo contratante não exime a contratada das responsabilidades administrativas, cíveis ou criminais, em decorrências da execução do objeto, perante a Administração Pública ou terceiros.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**6.1. DA CONTRATADA:**

**6.1.1.** Arcar com todas as despesas referentes à execução do objeto.

**6.1.2.** Assumir integralmente a responsabilidade pelas despesas relativas a encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a funcionários da empresa, ficando o Município de Itaúna/MG isento de qualquer vínculo empregatício para com os funcionários da Contratada.

**6.1.3.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**6.1.4.** Assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação da Administração, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, nos termos do artigo 90 da Lei nº 14.133/21.

**6.1.5.** Todos os itens licitados deverão estar de acordo com a legislação vigente para este tipo de produto/material/equipamento/serviços.

**6.1.6.** Materiais/Produtos/Equipamentos porventura entregues em desacordo com o Edital e seu Termo de Referência, serão oportunamente restituídos, com ônus para o contratado, devendo ser substituído em conformidade com o Termo de Referência.

**6.1.7.** No ato da assinatura do contrato, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º, da Instrução Normativa 1234/12, a pessoa jurídica deverá, apresentar ao órgão ou à entidade declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida IN, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

**6.1.8.** Qualquer alteração das condições de enquadramento legal deve ser informada pela Contratada.

**6.1.9.** Manter, durante todo o Contrato/prazo de fornecimento, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.1.10.** Comunicar ao Município, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

**6.1.11.** Obedecer integralmente o Termo de Referência.

**6.2. DO CONTRATANTE:**

**6.2.1.** Fiscalizar a efetiva execução do objeto, objetivando a verificação das especificações exigidas no certame e notificar a contratada, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições, ou o descumprimento de normas aqui fixadas, durante a vigência contratual, fixando prazo para sua correção.

**6.2.2.** Aplicar penalidades à licitante vencedora, nos termos previstos na Cláusula Décima e na Lei nº 14.133/21, quando ocorrer descumprimento de quaisquer das condições nele estabelecidas.

**6.2.3.** Efetuar os pagamentos nos termos do Edital.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS**

**7.1.** A contratada será remunerada pelo fornecimento dos produtos/materiais/equipamentos, de acordo o preço da sua Proposta Comercial, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	Marca/ Fabricante	Valor Unit. do item	Valor total do item
1		UND	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO, GORDURA DE ORIGEM ANIMAL ESTABILIZADA, MILHO, TRIGO, SOJA, ARROZ, PREMIX VITAMINICO E MINERAL, NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MAX) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MIN) 21%, EXTRATO ETHEREO (MIN) 10%, MAT FIBROSA (MAX) 10%, CÁLCIO (MAX) 8%, FOSFORO (MIN./MAX) 0,8%/1,4%, VITAMINA D3 (500UI/KG), VITAMINA E (50UI/KG), COLINA (1.200MG), TAURINA (1000MG), POTÁSSIO (5.500MG), ZINCO (130MG), FERRO (90MG), MANGANÊS (10MG), IODO (2MG), SELENIO (0,15MG)., SACO COM 15 QUILOS			
2		UND	RAÇÃO PARA GATOS ADULTOS, FARINHA DE CARNE E OSSOS, FARINHA DE PEIXES, FARINHA DE VÍSCERAS, MILHO INTEGRAL MOIDO, PREBIÓTICOS (MANANOLIGOSSACARÍDEOSMOS), FARELO DE GLUTEN DE MILHO 21, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, FARELO DE ARROZ, SEMENTE DE LINHAÇA, QUIRERA DE ARROZ, ÁCIDO FÓSFORICO, CÁLCARIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO, CORANTE (AMARELO TARTRAZINA, AZUL BRILHANTE, VERMELHO PONCEAU), PREMIX MINERAL VITAMÍNICO (ACIDO FOLICO, ACIDO PANTOTENICO, BIOTINA, COLINA, CLORETO DE POTÁSSIO, DL-METIONINA, IODATO DE CÁLCIO, L-LISINA, NIACINA, OXIDO DE MAGNÉSIO, OXIDO DE ZINCO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, TAURINA, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3), FOSFATO BICÁLCICO, GORDURA DE AVES ESTABILIZADA. NÍVEIS DE GARANTIA UMIDADE(MAX) 10%; PROTEÍNA BRUTA (MIN)30%; EXTRATO ETHEREO (MIN) 10%; MATÉRIA FIBROSA (MAX) 4%; MATÉRIA MINE-			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

			<p>RAL(MAX) 8,5%; CÁLCIO (MIN/MAX) 1,2% / 1,8%; FOSFORO (MIN/MAX) 0,8% / 1,4%; VITAMINA A (10.000 UI/KG); VITAMINA D3 (500 UI/KG); VITAMINA E (50UI/KG); COLINA (1200MG); TAURINA (1000MG); POTÁSSIO (5500MG); ZINCO (130MG); FERRO (90MG); MANGANES (10MG); IODO (2MG); SELENIO (0,15MG)., PACOTE COM 10 KG</p>			
--	--	--	--	--	--	--

**7.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**8.1.** Os pagamentos decorrentes do atendimento ao objeto deste contrato serão efetuados:

- a) Nos prazos e formas definidos no Termo de Referência;
- b) Mediante apresentação e o recebimento na Nota Fiscal pela Secretaria requisitante ou pelo órgão responsável pelo recebimento;
- c) Em até 30 (trinta) dias após a efetiva execução e recebimento definitivo do objeto.

**8.2.** Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Contratada em seu Município sede ou em outra localidade se a legislação assim exigir.

**8.3.** Caso o Município sede da empresa não disponha do Sistema de Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas, a Contratada deverá enviar Declaração própria informando esta condição, juntamente com a Nota Fiscal;

**8.4.** Esta condição poderá ser verificada pela Contratante junto ao Município sede e caso seja verificado a não veracidade da declaração a nota fiscal deverá ser substituída pela Nota Eletrônica.

**8.5.** Não será aceita a apresentação de Cupom Fiscal em substituição à Nota Fiscal/boleto.

**8.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista no inciso I do artigo 158 da Constituição Federal, que alcança todos os rendimentos pagos a qualquer título pela Administração Pública Municipal, Decreto Municipal nº 8.199/2023 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e alterações.

**8.7.** Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais/boletos indicando a alíquota correspondente, em observância das regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/12 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo deste Município.

**8.7.1.** As notas fiscais emitidas em desacordo com o previsto no item anterior, caso não possam ser substituídas ou retificadas, para fins exclusivos de indicar a retenção por meio de Carta de Correção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista no Decreto Municipal 8.199/2023.

**8.8.** No caso do faturamento por meio de boleto, este deve discriminar os valores a serem retidos, bem como constar o valor líquido, ou devem ter formato editável.

**8.9.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 ou nas demais hipóteses elencadas no art. 4º da IN 1234/12, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, juntamente com a Nota Fiscal/boleto apresentado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**8.10.** Para as hipóteses de não retenção, no ato da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar à Contratante declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal.

**8.10.1.** As pessoas jurídicas amparadas por isenção devem informar, por meio de observação, essa condição nos documentos fiscais emitidos ao longo da execução contratual, inclusive o enquadramento legal.

**8.11.** Qualquer alteração das condições de enquadramento legal ocorrida durante a execução contratual deve ser informada pela Contratada.

**8.12.** Os pagamentos somente serão efetuados por processo legal, através de depósito bancário, após recebimento definitivo do objeto licitado nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

**8.13.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1.** Não há exigência de Garantia Contratual para este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**10.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração Municipal de Itaúna/MG poderá, garantida a prévia defesa, aplicar o que dispõem os art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

**10.2.** A Contratada poderá também sofrer, pelo descumprimento das Cláusulas do presente instrumento, as seguintes sanções:

**10.2.1. NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES:** Cada irregularidade apontada pela fiscalização da Administração será informada à contratada e deverá conter o tipo de irregularidade e demais informações pertinentes sendo convertidas em multas as notificações de irregularidades cujas justificativas não forem aceitas pelo Contratante.

**10.2.2. ADVERTÊNCIA:** serão consideradas advertências os ofícios expedidos pela Administração ainda devendo ser assinados pelo Secretário Municipal da Secretaria Requisitante, com a identificação de tratar-se de “ADVERTÊNCIA”. Pela recusa do recebimento, o protocolo será suprido pela assinatura de duas testemunhas.

**10.2.3. MULTA:** A contratada sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, além das hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/21, calculada sobre o valor global do Contrato, conforme percentuais a seguir:

**a)** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado do contrato, por ocorrência.

**b)** 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

**c)** 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do contrato, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

**d)** O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município.

**e)** Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**f)** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, com a penalidade de multa, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**g)** As multas e penalidades previstas neste contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**h)** Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa devidamente comprovados e comunicados ao contratante:

**h.1)** Greve generalizada dos empregados da contratada;

**h.2)** Acidente que implique em retardamento na execução do objeto contratado sem culpa por parte da Contratada;

**h.3)** Calamidade pública.

**10.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;

**10.2.5.** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, nos termos do art. 163 da Lei Federal 14.133/21.

**10.3.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo em que seja assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**10.4.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**10.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta (quando exigida) em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**10.6.** A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RISCOS:**

**11.1.** Fica a cargo da contratada todos os riscos de eventuais perdas e danos relativos a materiais, propriedade física, acidentes pessoais e/ou morte que ocorrerem durante a execução do contrato e aditivos que porventura vierem a ser firmados em consequência de tal execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** Constituirão motivos para a extinção do contrato:

**12.1.1.** O não cumprimento ou o cumprimento irregular de suas cláusulas.

**12.1.2.** A decretação de falência da contratada.

**12.1.3.** A dissolução da sociedade jurídica.

**12.1.4.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato.

**12.1.5.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.

**12.1.6.** Demais hipóteses previstas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

**13.1.** Os valores apresentados pela contratada serão fixos e irrevogáveis, salvo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente requerido e comprovado.

**13.2.** Nos preços deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços.

**13.3.** Havendo alteração contratual que implique em prorrogação do prazo estabelecido além do período de 01 (um) ano, os preços poderão ser reajustados, por apostilamento, com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – vigente à época, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.4.** Os preços reajustados permanecerão inalterados pelo prazo de 01 (um) ano.

**13.5.** O reajuste poderá ser solicitado mediante Processo Administrativo dirigido à Secretaria Municipal de Administração e será apostilado ao Contrato nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.6.** O valor do reajuste será analisado pela Administração que poderá solicitar junto a Secretaria Municipal de Finanças e/ou Procuradoria-Geral do Município Pareceres Técnicos e/ou Jurídicos sobre os índices e reajustes solicitados pela Contratada.

**13.7.** Não poderá haver interrupção dos serviços durante o prazo de análise da solicitação de reajuste.

**13.8.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.9.** Em caso de reequilíbrio a Contratada deverá protocolar o requerimento junto aos documentos comprobatórios da imprevisibilidade que causou o desequilíbrio, planilhas de custos, notas fiscais e outros documentos que justifiquem o pedido.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E / OU PRORROGAÇÃO**

**14.1.** O presente contrato poderá sofrer alterações na ocorrência de algum dos motivos elencados no Título III, capítulos V e VII da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL**

**15.1.** Ao presente contrato é dado o valor global de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**16.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: \_\_\_\_\_, específica da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO:**

**17.1.** As condições resolutivas deste contrato são:

- a) O integral cumprimento de seu objeto pelas partes;
- b) O acordo formal entre as partes, nos termos em que dispõe a Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Fica estabelecido que quaisquer débitos da contratada junto ao contratante serão compensados com os pagamentos a serem feitos por este, caso os débitos estejam vencidos nos dias em que forem realizados tais pagamentos.

**18.2.** A contratante providenciará a publicação deste instrumento nos termos e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**18.3.** A contratada se obriga a respeitar a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e as diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itaúna/MG para dirimir as eventuais dúvidas ou demandas que surgirem na execução deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os devidos fins jurídicos.

Itaúna/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**FERNANDO MEIRA DE FARIA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CONTRATADA (Representante Legal)**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, conforme art. 18, § 1º da Lei  
14.133/2021**

ETP nº 214/2024

Data da elaboração: 02/10/2024

Responsável(eis): Jordana de Oliveira Vieira

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) é uma unidade de saúde pública responsável pelo controle e prevenção de doenças transmitidas por animais, conhecidas como zoonoses. Suas atividades incluem o controle da população de animais de rua. Os animais negativos para leishmaniose (cães e gatos) ficam sob custódia do município e os mesmos serão encaminhados para realizar o procedimento cirúrgico conhecido como castração. Diante do fato explicado acima, é necessário a aquisição de rações para cães e gatos para proporcionar uma melhor qualidade de vida e otimização na cicatrização da ferida operatória dos animais que serão castrados pelo município, garantindo assim o bem estar animal.

**2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO**

Embora não haja um Plano de contratação, este ETP está alinhado com o planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Itaúna e é de extrema importância a aquisição de uma ração com uma composição adequada para os animais (cães e gatos) que ficam sob custódia do município proporcionando uma melhor qualidade de vida e otimização na cicatrização dos animais que serão castrados pelo município.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O prazo de validade dos anestésicos, na data da entrega, não poderá ser inferior a 70% da data de fabricação e os mesmos registrados no Ministério da Agricultura MAPA. Os sacos devem estar acondicionados de forma adequada, evitando danos nas embalagens.

**4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

Entende-se necessária a aquisição do seguinte item e quantitativos:

RAÇÃO - CCZ				
Item	Código	Descrição	Qtde	
01	29.195	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO, GORDURA DE ORIGEM ANIMAL ESTABILIZADA, MILHO, TRIGO, SOJA, ARROZ, PREMIX VITAMINICO E MINERAL, NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MAX) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MIN) 21%, EXTRATO ETÉREO (MIN) 10%, MAT FIBROSA (MAX) 10%, CÁLCIO (MAX) 8%, FOSFORO (MIN./MAX) 0,8%/1,4%, VITAMINA D3 (500UI/KG), VITAMINA E (50UI/KG), COLINA (1.200MG), TAURINA (1000MG), POTÁSSIO (5.500MG), ZINCO (130MG), FERRO (90MG), MANGANÊS (10MG), IODO (2MG), SELENIO (0,15MG). PACOTE COM 15 KG	300	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

02	29.197	RAÇÃO PARA GATOS ADULTOS, FARINHA DE CARNE E OSSOS, FARINHA DE PEIXES, FARINHA DE VÍSCERAS, MILHO INTEGRAL MOIDO, PREBIÓTICOS (MANANOLIGOSSACARÍDEOSMOS), FARELO DE GLUTEN DE MILHO 21, FARELO DE TRIGO, FARELO DE SOJA, FARELO DE ARROZ, SEMENTE DE LINHAÇA, QUIRERA DE ARROZ, ÁCIDO FÓSFORICO, CÁLCARIO CALCITICO, CLORETO DE SODIO, CORANTE (AMARELO TARTRAZINA, AZUL BRILHANTE, VERMELHO PONCEAU), PREMIX MINERAL VITAMÍNICO (ACIDO FOLICO, ACIDO PANTOTENICO, BIOTINA, COLINA, CLORETO DE POTÁSSIO, DL-METIONINA, IODATO DE CÁLCIO, L-LISINA, NIACINA, OXIDO DE MAGNESIO, OXIDO DE ZINCO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE MAGNAES, SULFATO FERROSO, TAURINA, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3), FOSFATO BICÁLCICO, GORDURA DE AVES ESTABILIZADA. NÍVEIS DE GARANTIA  UMIDADE(MAX) 10%; PROTEÍNA BRUTA (MIN)30%; EXTRATO ETereo (MIN) 10%; MATÉRIA FIBROSA (MAX) 4%; MATÉRIA MINERAL(MAX) 8,5%; CÁLCIO (MIN/MAX) 1,2% / 1,8%; FOSFORO (MIN/MAX) 0,8% / 1,4%; VITAMINA A (10.000 UI/KG); VITAMINA D3 (500 UI/KG); VITAMINA E (50UI/KG); COLINA (1200MG); TAURINA (1000MG); POTÁSSIO (5500MG); ZINCO (130MG); FERRO (90MG); MANGANES (10MG); IODO (2MG); SELENIO (0,15MG). PACOTE COM 10 KG	20	
----	--------	--	----	--

##### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após realizar um levantamento de mercado, não possui outra alternativa além da aquisição das rações especificadas. A utilização de rações é de extrema importância pois é um alimento formulado especialmente para atender às necessidades nutricionais dos animais. Ela contém uma combinação equilibrada de proteínas, gorduras, vitaminas e minerais essenciais para manter a saúde e o bem-estar dos animais.

##### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso.

##### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Aquisição das rações disposto no item 01 tem como finalidade fornecer uma alimentação completa e balanceada aos animais (cães e gatos). A ração é formulada por especialistas para garantir que os animais recebam todos os nutrientes essenciais, como proteínas, vitaminas, minerais e gorduras, necessários para sua saúde, crescimento, desenvolvimento e manutenção.

##### 8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O art. 40 da Lei 14.133/21, determina que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte (...) b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Deste modo a aquisição se dará por itens visto que o objeto é divisível e não há prejuízo ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto em itens visa propiciar a ampla participação de licitantes e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

Haverá o parcelamento da entrega dos materiais/produtos visando:

- a) o atendimento à demanda ao longo do contrato;
- b) a manute
- c) não dos estoques;
- d) a dispensação parcial dos produtos/materiais, conforme a necessidade;
- e) evitar o desperdício;
- f) se tratar de materiais perecíveis ou que tem prazo de validade para consumo e dispensação.

### **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Os animais se alimentam para obter os nutrientes necessários à sua sobrevivência. Esses nutrientes fornecem energia para as funções vitais, como respirar, mover-se, crescer e se reproduzir, além de manter os processos metabólicos que garantem o funcionamento adequado do corpo. A alimentação também fornece os materiais essenciais para a reparação de tecidos e para a manutenção da saúde geral do organismo.

### **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não se aplica, pois não há necessidade de capacitação de colaboradores ou providências prévias para a contratação pretendida. Quanto ao armazenamento ou recebimento dos itens citados, a Secretaria já dispõe de pessoal para recebimento e local adequados.

### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

Não há necessidade de contratações correlatas ou aquisição de insumos/equipamentos complementares aos solicitados neste estudo técnico preliminar.

### **12. IMPACTOS AMBIENTAIS E ATITUDES MITIGADORAS**

Não se aplica

### **13. CONCLUSÃO DE QUE A SOLUÇÃO É ADEQUADA AO FIM QUE SE DESTINA**

Assim, conclui-se que a compra da ração é de extrema importância pois os animais se alimentam para obter os nutrientes necessários à sua sobrevivência. Esses nutrientes fornecem energia para as funções vitais, como respirar, mover-se, crescer e se reproduzir, além de manter os processos metabólicos que garantem o funcionamento adequado do corpo. A alimentação também fornece os materiais essenciais para a reparação de tecidos e para a manutenção da saúde geral do organismo.

Virgínia Aguiar Sorice  
**Médica Veterinária**

Jordana de Oliveira Vieira  
**Coordenadora de Vigilância Ambiental**

Carla de Souza Teixeira  
**Gerente de Vigilância em Saúde**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Fernando Meira de Faria  
**Secretário Municipal de Saúde**